
Entre protagonismo e individualismo: A noção de liberdade de escolha em uma Parceria Público-Privada de educação

Between protagonism and individualism: the notion of freedom of choice in a Public-Private Partnership for education

Entre protagonismo e individualismo: la noción de libertad de elección en una Asociación Público-Privada para la educación

Campos, Gustavo de Aguiar¹ (Natal, RN, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-7378-9845>
Silva, Lueli Nogueira Duarte e² (Goiânia, GO, Brasil)
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-6256-2928>

Resumo

No contexto atual as Parcerias Público-Privadas (PPP) têm se expandido como modelo de gestão na educação básica brasileira, conformando um projeto específico de educação. Com a maior inserção destas PPP tem sido possível observar mudanças qualitativas no sentido da prática educacional, bem como nos conteúdos trabalhados com os estudantes. Buscando desvelar o sentido político assumido por essas instituições esse artigo tem como objetivo apreender as concepções de liberdade de escolha e escolha profissional presentes na apostila de uma dessas PPP – o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE). A partir do materialismo histórico dialético, buscou-se analisar a apostila produzida pelo Instituto, que tem como foco a elaboração de um “Projeto de Vida” para os estudantes do ensino médio. Com tal análise, foi possível perceber que as noções de “liberdade de escolha” e “escolha profissional” sustentam a reprodução da ideologia dominante, sobretudo em relação ao individualismo burguês. Discute-se como o material traz uma concepção de liberdade calcada na meritocracia, ignorando as determinações sociais e históricas do processo de escolha, aproximando-se, assim, da não-liberdade. Por fim, discute-se como tal concepção contribui para uma formação para o trabalho alienado e não para uma formação integral dos estudantes.

Palavras-chave

Liberdade; Ensino Médio; Meritocracia; Parceria Público-Privada; Instituto de Co-responsabilidade pela Educação.

Abstract

In the current context, Public-Private Partnerships (PPP) has expanded as a management model in basic Brazilian education, forming a specific education project. With the greater insertion of these PPP it has been possible to observe qualitative changes in the sense of educational practice, as well as in the contents worked with students. Seeking to unveil the political meaning assumed by these institutions this article aims to apprehend the conceptions of freedom of choice and professional choice present in the booklet of one of these PPP - the Institute of Co-responsibility for Education (ICE). Based on historical dialectical materialism, sought to analyze the handout produced by the Institute, which focuses on the elaboration of a “Life Project” for high school students. With such analysis, it was possible to perceive that the notions of “freedom of choice” and “professional choice” support the reproduction of the dominant ideology, especially in relation to bourgeois individualism. It is discussed how the material brings a conception of freedom based on meritocracy, ignoring the social and historical determinations of the choice process, thus approaching non-freedom. Finally, it is discussed how this conception contributes to training for alienated work and not for integral formation of students.

Key words

Liberty; High School; Meritocracy; Public-Private Partnership; Institute of Co-responsibility for Education.

¹ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
gustavodeaguiarcampos@hotmail.com

² Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás. lueliduarte1963@gmail.com.

Resumen

En el contexto actual, las Asociaciones Público-Privadas (APP) se han expandido como modelo de gestión en la educación básica brasileña, conformando un proyecto educativo específico. Con la mayor inserción actual de PPP se han podido observar cambios cualitativos en el sentido de la práctica educativa, así como en los contenidos trabajados con los estudiantes. Buscando develar el sentido político asumido por estas instituciones este artículo tiene como objetivo aprehender las concepciones de libertad de elección y elección profesional presentes en el folleto de uno de estos PPP - el Instituto de Corresponsabilidad por la Educación (ICE). Partiendo del materialismo dialéctico histórico, se buscó analizar el folleto elaborado por el Instituto, que se centra en la elaboración de un "Proyecto de Vida" para estudiantes de secundaria. Con tal análisis, fue posible percibir que las nociones de "libertad de elección" y "elección profesional" sustentan la reproducción de la ideología dominante, especialmente en relación con el individualismo burgués. Se discute cómo el material aporta una concepción de la libertad basada en la meritocracia, desconociendo las determinaciones sociales e históricas del proceso de elección, acercándose así a la no libertad. Finalmente, se discute cómo esta concepción contribuye a la formación para el trabajo alienado y no para la formación integral de los estudiantes.

Palabras clave

Libertad; Educación secundaria; Meritocracia; Asociación Público-Privada.

Introdução

As Parcerias Público-Privadas (PPP) são uma nova forma de relação entre o Estado e organismos privados. Ao longo da história tais propostas surgiram, de acordo com Bonal e Verger (2013), como instrumentos alinhados às políticas neoliberais de privatização de políticas públicas. Delineadas como forma de empresariamento da educação pública, as PPP tornaram-se meio eficaz de minimização da administração estatal e maximização da administração privada.

Tal estratégia, por conta da pressão da sociedade civil e dos movimentos populares, se modificou. Bonal e Verger (2013) discutem que atualmente o que tem acontecido é a realização de contratos entre o Estado e empresas para concessão ou terceirização de serviços. Essa relação tem acontecido, por exemplo, com a contratação de empresas terceirizadas para realizar limpeza e segurança em universidades públicas de todo o país. Com esses contratos instaura-se uma lógica de quase-mercado. Consiste na expressão dos princípios de lucratividade, eficiência, concorrência e outros, marcantes da ideologia neoliberal nos setores públicos, mas sem a total privatização destes.

No âmbito educacional essas parcerias têm se efetivado com apoio de entidades como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para Bonal e Verger (2013) a lógica mercadológica das PPP prevalecem e geram uma perspectiva de educação como mercadoria e de estudantes como consumidores eficientes, conformados e acríticos.

Com isso se reproduz uma lógica de formação de indivíduos para o modo de produção e sociabilidade capitalista.

Na configuração das parcerias se estabelece a descentralização da ação do Estado, que assume a função apenas de regulador ou gestor, deixando a cargo dos órgãos privados a responsabilidade de oferecer e manter os serviços. Assim, para Roberston e Verger (2012), há uma transferência sobre a poder de autoridade estatal para o domínio privado que gera consequências negativas para a educação em si e para a sociedade.

Nesse sentido Arelaro (2007) compreende que as PPP geram uma modificação da finalidade proposta à educação. Cria-se um ambiente de competitividade e premiação dos estudantes com base nos seus resultados escolares, desconsiderando as condições sociais desses estudantes. Nas palavras da autora:

De agora em diante, adotado este processo de “transferência do saber” – igual para todos, independente de suas condições de vida e desigualdades sociais –, se o aluno não conseguir êxito escolar, o problema e a responsabilidade poderão ser transferidos a ele e sua família: “culpa” do aluno, porque não se dedica o suficiente às atividades e deveres escolares, e da família, porque não o estimula ou o acompanha na frequência e ritmo necessários (ARELARO, 2007, p. 916).

A partir da compreensão que as PPP têm intensificado o processo de transferência de saberes ignorando a realidade concreta, as particularidades e individualidades dos estudantes, suas famílias e classe é que se busca realizar este trabalho. O objetivo foi apreender as concepções de liberdade de escolha e escolha profissional presentes na apostila de uma dessas PPP – o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Tal apostila faz parte dos materiais e estratégias didático-pedagógicas adotados pelo Instituto, que é responsável pela educação em mais de quarenta escolas de Ensino Médio apenas em Goiás. No âmbito nacional mais de mil escolas públicas estão sob gestão do ICE, o que envolve aproximadamente 700.000 estudantes e 36.000 educadores, segundo dados do próprio Instituto (ICE, s.d.).

O ICE, que firmou a parceria com o estado de Goiás para gerir as escolas é uma entidade privada que tem adotado o modelo de gestão intitulado TESE - Tecnologia Empresarial Socioeducacional. Tal modelo parte da perspectiva que a gestão escolar não difere da gestão empresarial. As repercussões desse molde serão discutidas a frente. A escolha pela temática da liberdade de escolha e de escolha profissional está atrelada, por um lado, a partir da experiência de iniciação à docência

dos pesquisadores em uma das escolas geridas pelo ICE em Goiás e, por outro, porque tal temática é central na construção do que o Instituto denomina como “Projeto de Vida”. Trata-se de uma experiência de formação dos estudantes com base na perspectiva de gerência “TESE”.

O “Projeto de Vida” é, para o ICE, um dos diferenciais educativos desse modelo de gestão. Consiste na construção de um projeto de futuro, particularmente relacionado à preparação para inserção no mercado de trabalho, seja por meio da formação universitária ou não. Para a construção de tal projeto, o pilar base é a escolha profissional, baseada no suposto da liberdade de escolha desse futuro. Posto isso é que se pretende analisar como tal PPP compreende a liberdade de escolha e a escolha profissional dos estudantes de Ensino Médio.

Método

O trabalho é fundamentado na teoria social marxiana e no Materialismo Histórico Dialético. Buscou-se apreender as concepções de liberdade de escolha e escolha profissional adotadas pelo Instituto em questão com base nas categorias da totalidade, contradição e mediação – concepção teórico-metodológica do Materialismo Histórico Dialético (NETTO, 2011).

Diante disso, como ressalta Netto (2011), a teoria é a busca pelo conhecimento e dinâmica do objeto em sua existência real, sendo necessário colocar ao centro o objeto em si na busca de compreender a sua estrutura e dinâmica. Compreende-se que o real da lógica das PPP se expressa, mesmo que de maneira contraditória, nas produções realizadas para gestão e ensino escolar. Por isso, ao se aproximar do singular (a apostila), pode-se chegar ao particular (a concepção educativa da PPP) em sintonia com a universalidade em que o singular e o particular se inserem – a sociabilidade capitalista.

Por isso buscou-se realizar a análise da Apostila Projeto de Vida, parte estruturante do programa em suas várias escolas. Foi realizada a leitura da apostila, disponibilizada por uma professora que trabalha em uma das escolas de tempo integral do município de Goiânia - Goiás.

A partir da leitura sistematizada de tal apostila a discussão realizada gira em torno das concepções de “liberdade”, “liberdade de escolha”, “trabalho” e “indivíduo”, conhecimentos que norteiam todas as aulas da apostila. Nesse sentido

intenta-se compreender de maneira crítica qual o projeto político e pedagógico que tem sido implementado nas escolas estaduais de Goiás que adotam a PPP, acreditando assim, poder contribuir na problematização desse modelo de gestão com vistas à defesa de uma educação que preze pela democracia, a superação das desigualdades e a emancipação humana.

Acerca do tema da liberdade no marxismo

A obra marxiana pretende, segundo Netto (2009), uma teoria acerca da sociedade burguesa, com ênfase na análise da gênese, constituição e desenvolvimento do modo de produção capitalista. A categoria trabalho tem papel fundamental para uma análise totalizante desse sistema. O trabalho, para Marx (2017), é contraditoriamente positivo e negativo. Como ressalta Netto (2009), a teoria social marxiana supera a visão hegeliana do trabalho como gerador de riquezas no campo econômico e formador de consciência no campo filosófico. Trabalho (concreto) em Marx (2017), é entendido como atividade humana historicamente orientada para satisfação das necessidades.

A satisfação das necessidades básicas do ser humano, como a alimentação e a moradia, são satisfeitas a partir da transformação da natureza nos produtos que garantem essa satisfação. A esse processo genuinamente humano é dado o nome de trabalho (NETTO; BRAZ, 2009). É nesse processo de satisfação das necessidades que o trabalho possibilita a humanização do gênero humano, o diferenciando dos outros animais, tornando-o assim ser social. Para Marx (2004), o que diferencia o humano de outros seres vivos é a capacidade que o humano tem de idear antes de objetivar, ou seja, o ser humano para produzir seus meios de subsistência passa pelo processo de ter ideias para depois praticá-las.

Resumidamente, o trabalho ou a atividade humana eleva a forma de sobrevivência dos humanos em relação à forma de sobrevivência dos outros animais. Nesse interim, deve-se compreender primeiro que para a atividade humana são necessários instrumentos, não é transformação imediata da natureza; e, segundo que, para sua realização são necessárias habilidades e conhecimentos (NETTO; BRAZ, 2009). Por último, nesse processo o ser humano ao passo em que transforma a natureza transforma a si mesmo. É, portanto, por meio do trabalho que o ser humano se constitui como tal e constitui a sociedade.

O trabalho, nas sociedades primitivas, se objetivava em torno da coleta de frutas, verduras e sementes e da caça de pequenos animais. Os grupos humanos com o passar do tempo foram se desenvolvendo a partir da criação de instrumentos de caça e coleta mais sofisticados e também dos conhecimentos sobre a natureza e da área que o grupo habitava, e, aos poucos esses grupos mudaram e aprimoraram suas técnicas, aumentando a produtividade (LESSA, 2012). Essas mudanças foram essenciais para o refinamento das formas de produção dos meios de sobrevivência, para o aumento do número de pessoas no grupo e para a formação social.

Segundo Lessa (2012), essas sociedades primitivas não tinham classes nem concorrência devida a baixa produtividade, assim não fazia sentido haver alguém que dominasse e controlasse o trabalho de outros. A produção de excedente começa aproximadamente há 10.000 anos, quando os seres humanos descobrem a possibilidade do plantio de sementes e com isso, têm a necessidade de trabalhar mais. É nesse processo do aumento do trabalho e aumento da produção que se acirra a exploração da força de trabalho, processo genuinamente capitalista.

A exacerbação da exploração do homem pelo homem é o processo fundante de uma nova forma de sociedade, baseada na produção excedente e em mudanças nas relações de trabalho. Os avanços tecnológicos possibilitaram o acúmulo de bens, que antes serviam somente à subsistência, e com isso, alguns grupos sociais tinham a possibilidade de acumulação de produtos e sua venda/troca para outros grupos sociais, modificando as relações estabelecidas entre pessoas e grupos (LESSA, 2012). Com esses avanços começa-se a produzir uma nova forma de socialização em que os produtos do trabalho passam a ser considerados mercadoria, o que vai desencadear em um processo de divisão social do trabalho que se baseia na diferença entre alguns que produziram bens excedentes e outros que não produziram. Ou seja, exacerba-se uma divisão social com base na produção dos bens de consumo, onde parte das pessoas (que se configura aqui como classe) possuem os meios necessário à produção e parte (a outra classe) apenas possui sua força de trabalho para a produção (BOTTOMORE, 2012).

Com essas características consolida-se um novo modo de produção, o modo de produção capitalista, que vai modificar e até mesmo deformar a função e a forma de trabalho das sociedades e meios de produção anteriores. O trabalho é, nessa estrutura social capitalista, forma de assujeitamento do ser humano ao capital

(MANACORDA, 1991). E por configurar-se enquanto assujeitamento, o trabalho na sociedade capitalista tem um caráter de negatividade.

A negatividade do trabalho é fruto, em grande parte, da forma como se deu o domínio da natureza pelo ser humano. A gênese da divisão do trabalho se deu pela divisão sexual do trabalho e divisão natural em virtude da condição física, da necessidade e do acaso (LESSA, 2012). Nas sociedades anteriores ao capitalismo, como no feudalismo, os produtos do trabalho tinham valor de uso entre produtores. Sob o controle do capital, o trabalho passa a se especializar cada vez mais, o que impera é que nenhum trabalhador individual faça um produto/mercadoria, mas

cada trabalhador é apenas um componente do trabalhador coletivo, a soma total de todas as atividades especializadas. E as únicas atividades de compra e venda que têm lugar nesse processo são a compra, pelo capitalista, da força de trabalho do número de trabalhadores necessários e a venda de sua força de trabalho ao capitalista por parte desses trabalhadores (BOTTMORE, 2012, p. 185 - 186).

A divisão do trabalho se constituiu um fato dado em todas as sociedades, inclusive as pré-capitalistas. Tal divisão, como ressalta Lessa (2012), se fazia necessária para a produção e troca de bens e se fundava a partir de características diferentes da fisiologia humana. Contudo, quando no capitalismo há a transformação de produtos em mercadorias, a divisão do trabalho se acirra e assume uma outra lógica. É, portanto, o ditame da acumulação que ditará a divisão capitalista do trabalho (BOTTMORE, 2012). A ideologia burguesa tem papel fundamental nesse processo já que faz a análise de que a divisão do trabalho é somente a

distribuição de indivíduos por empregos segundo preferências e habilitações (sejam elas inatas ou adquiridas), a proclamar a especialização como fonte de maior desenvolvimento e maior produtividade, e, em geral, a ignorar a divisão do trabalho como produto de determinadas relações econômicas e sociais. (BOTTMORE, 2012, p. 186).

No processo de divisão do trabalho surgem duas classes, a classe trabalhadora que representa a população que tem como único bem sua força de trabalho e a vende para a burguesia, essa última que detém os meios de produção de mercadorias na sociedade. Antunes (2003) atualiza o conceito marxiano de classe trabalhadora para decompor o que seria a classe trabalhadora na atualidade. Se classe trabalhadora diz daqueles que não detém os meios de produção, então, excluindo os gestores do capital, os altos funcionários e a pequena burguesia, todos os demais fazem parte da classe trabalhadora, incluindo os desempregados, os trabalhadores rurais, os trabalhadores sem carteira assinada etc (ANTUNES, 2003).

No sistema econômico baseado na propriedade privada e, em consequência disso, na divisão social do trabalho, para Marx (1867/2017), há um distanciamento entre o trabalhador e a sua mercadoria. O produto da atividade humana torna-se alienado, independente do seu produtor. Isso se constitui pelo trabalho ser externo ao trabalhador, constituindo-se assim um trabalho forçado, que não satisfaz as necessidades, mas é só um meio de satisfação de outras necessidades. Com isso o trabalhador só se sente de fato como um ser livre e ativo em suas funções naturais/animais como comer, beber, dormir, ou no máximo em sua habitação, nunca trabalhando. O estranhamento desse processo conduz à alienação (MARX, 1844/2004).

O trabalho estranhado produto da sociedade capitalista, que tem a única função de meio para satisfação das necessidades, faz do ser humano um ser sem liberdade, aprisionado à lógica de produção. Esse trabalho aliena a natureza do ser humano e aliena o ser de si mesmo. A alienação é o processo pelo qual o ser humano é alienado (1) aos produtos de sua própria atividade; (2) à natureza na qual vivem; (3) aos outros seres humanos; (4) a ele próprio (MARX, 2004).

É com base na configuração capitalista da vida social, portanto, que se deve discutir a categoria liberdade. Oliveira (1996; 1998) traça em seu trabalho um panorama sobre a ideia de liberdade na obra de Karl Marx, o que servirá de base para a argumentação realizada aqui. Para o autor a liberdade é tema que se apresenta no decorrer de toda a obra marxiana, apresentando alguns refinamentos teóricos e metodológicos (OLIVEIRA, 1998).

De maneira geral o significado atribuído por Marx à liberdade é a de liberdade humana enquanto realização autônoma da autoconsciência do ser. Destaca-se ainda como importante que a liberdade enquanto consciência de si extrapola o pensamento para ter reflexão na realidade humana material. Aqui a liberdade é positivamente posta, sendo liberdade como a essência do ser, isto é, o ser humano é essencialmente livre pelo seu caráter de autodeterminação (OLIVEIRA, 1998).

Contudo, o trabalho de Marx, ao refinar-se, toma a liberdade como um parâmetro de exame das relações materiais, avaliando as possibilidades e impossibilidades objetivas da liberdade sob as determinações coisificantes das relações capitalistas. Partindo disso, Marx compreende que a atividade humana que

antes era livre (porque autoconsciente) sob a égide do capital se transforma em trabalho alienado. A atividade vital antes livre agora é apenas meio de existência (OLIVEIRA, 1998).

Já n'O Capital Marx refina ainda mais sua elaboração sobre o modo de produção capitalista e a ontologia do ser social. Neste escrito o autor afirma que a liberdade não tem lugar no mundo capitalista em decorrência da posição de escravo do ser humano na produção mercantil. As relações no sistema capitalista são relações configuradas pelo processo de troca de mercadorias, processo marcadamente fetichizado. Por isso, nesse modo de produção vigente, as relações sociais entre os próprios seres humanos assumem a forma de relação entre coisas. A fetichização das relações sociais torna todas as relações humanas em relações de troca de mercadorias produzidas por esses humanos (MARX, 2004; 2017).

Assim, os processos de troca e as relações sociais, nas aproximações que a teoria marxiana faz desses dois processos, constituem-se não como realização das vontades e necessidades dos seres humanos, mas como vontades e necessidades das mercadorias. Consequentemente, os seres humanos são livres e iguais para trocarem suas mercadorias, mas a liberdade aqui posta se funda na não-liberdade humana. Revela-se assim que a liberdade dos seres humanos está atrelada à não-liberdade (PRADO, 2011).

Portanto, salienta-se que a liberdade no modo de produção capitalista efetiva-se somente no plano conceitual já que não há condições objetivas na realidade concreta para a efetivação da liberdade material. Assim, a liberdade é mera projeção de uma realidade abstrata visto que “a alienação em relação ao produto do seu trabalho, à atividade produtiva, a si próprio como ser genérico e aos outros homens como relação social impede que a liberdade seja alcançada na esfera objetiva da produção econômica” (OLIVEIRA, 1998, p. 189).

E, para Oliveira (1998), sob o capital ao passo em que há o desaparecimento da liberdade do mundo material se mantém uma aparência de liberdade abstrata. Essa se dá enquanto uma suposição condicionante (de manutenção do próprio capitalismo), mesmo se efetivando a não-liberdade.

Essa suposição condicionante à sobrevivência do capital está atrelada à ideia de meritocracia, que legitima o mundo moderno como um mundo justo. Isso, para Souza (2009), é a crença e a ideologia da superação das barreiras de sangue e

de nascimento das sociedades pré-modernas (ou pré-capitalistas) para acreditar somente no “justo” esforço e o desempenho dos indivíduos.

A meritocracia configura-se então como ideologia da justiça frente a desigualdade. Para o autor a justiça da meritocracia se reside no fato de ser interesse comum que aqueles que tiveram um alto desempenho social tenham recompensas por esse serviço à reprodução da sociedade (SOUZA, 2009).

A forma como a tradição marxista compreende a questão da liberdade no modo de produção capitalista formam a fundamentação teórica para a análise e apreensão da apostila analisada do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. A seguir serão apresentadas algumas considerações de como a temática é abordada no documento para, em seguida, prosseguir na análise do mesmo, buscando as fundamentações e implicações que subsidiam a PPP.

Liberdade no Projeto de Vida do ICE

A apostila Projeto de Vida é o material estruturante da disciplina homônima que foi instituída no Programa Novo Futuro de ensino médio em tempo integral. Tal disciplina faz parte de uma estratégia para o desenvolvimento integral dos jovens, partindo de uma perspectiva daquilo que estes projetam para si. O objetivo central da disciplina é de que cada jovem trace metas para sua vida, sintaticamente, que cada um elabore um projeto para o futuro (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

Para isso na apostila são definidos alguns objetivos: (1) levar o jovem a pensar sobre as suas intenções e ambições a partir de seus sonhos; (2) ajudar na identificação de características de sua personalidade; (3) contribuir para as relações de participação no contexto familiar, social e cultural; (4) desenvolver valores que ajudarão na convivência social e na tomada de atitudes; (5) ajudar na autonomia para a construção do conhecimento e (6) auxiliar no processo de desenvolvimento de um projeto de vida (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

Na busca desses objetivos, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação entende que o jovem precisa conhecer sua própria identidade para assim poder planejar, estruturar e realizar seus sonhos, sendo essas metas mensuráveis a partir da construção do projeto de vida. A escola aparece como o espaço privilegiado para a elaboração e o alcance dessas metas individuais que serão estruturadas na disciplina de Projeto de Vida (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

O professor, para quem a apostila é direcionada, é colocado como central para chegar aos objetivos da disciplina. Este vai ser quem provém as condições necessárias para que os estudantes possam realizar seus sonhos, sendo um facilitador das atividades e cocriador dos acontecimentos. Fica exposto que o professor deve orientar e apoiar o estudante na construção do seu Projeto de Vida (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

São muitas as possibilidades de análise da Apostila Projeto de Vida a partir de perspectivas educacionais e metodológicas, políticas, psicológicas, sociais e outras. Diante disso, é importante salientar de antemão que a discussão aqui empreendida será desde uma perspectiva focalizada na discussão sobre a liberdade e a liberdade de escolha para o futuro de jovens que estão no ensino médio. Portanto, alguns aspectos não serão amplamente discutidos, abrindo-se a possibilidade para mais estudos.

A aula de número um tem como objetivo a apresentação da proposta, e para isso, é apresentada a “Carta aos estudantes”, que concentra a discussão dos porquês de os estudantes construírem um projeto para o futuro. Ao final da carta é apresentada a frase de efeito “o seu destino é você quem faz, basta você tentar!” (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d., p. 15), e ao longo dela é discutido que os estudantes não podem deixar que as coisas aconteçam voluntariamente, cobrando uma posição de atividade de cada indivíduo na construção de seu futuro. O conceito central é o de protagonismo na história de vida.

Ainda na parte destinada ao primeiro encontro da disciplina aparecem frases como “sua vida é resultado das suas escolhas e atitudes de hoje” ou “nada é mais gratificante do que o sabor do dever cumprido” que devem ser utilizadas pelo professor para que os estudantes compreendam a importância de pensar no futuro ainda durante a juventude. De acordo com o ICE, é preciso que os estudantes trabalhem e se esforcem para realizarem seus sonhos (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d., p. 13).

Essa posição valorativa sobre a realidade aparece constantemente na apostila, tanto em relação ao trabalho como em relação à história de vida e o momento presente dos estudantes. Na quarta aula, quando se trabalha as influências do passado no projeto de vida, por exemplo, se diz sobre as diferentes formas de família e os aprendizados de cada estudante em suas próprias famílias. Contudo, em

momento algum isso aparece como determinante das escolhas, sendo sempre atribuído como positivo por conta dos conhecimentos, que independentemente de quais, são bons.

As decisões e as escolhas aparecem na apostila como parte fundamental do processo de construção de um projeto de vida. É interessante destacar um texto intitulado “A opção”, sem referência ao autor ou autora, que aparece na metodologia da nona aula:

Um jovem descrente, desejando testar o conhecimento de um sábio, ergueu o punho fechado na frente do homem venerado.
“O que tenho em minha mão?” perguntou o jovem.
“Uma borboleta”, foi a resposta.
“Está viva ou morta?” inquiriu o rapaz.
O ancião sabia que o jovem estava brincando com ele. Se respondesse morta, o jovem abriria a mão e deixaria a borboleta voar. Se respondesse viva, o rapaz fecharia a mão e esmagaria a criatura. Então respondeu:
“Está em suas mãos – fazer aquilo que deseja com ela” (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d., p. 42).

Nessa mesma aula é proposto ao professor que discuta que ao fazer uma opção, outras estão sendo deixadas de lado e que são as opções que compõem a vida. Na décima aula esse tema das escolhas aparece novamente, inclusive é citada uma frase de Pablo Neruda para ser trabalhada: “Você é livre para fazer suas escolhas, mas é prisioneiro das consequências” (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d., p. 44).

É possível perceber que a discussão sobre as possibilidades de escolha e a liberdade de escolha aparecem de forma valorativa entre fazer a escolha ou deixar que outra pessoa a faça. Contudo, a discussão sobre deixar que outros façam a escolha não é desenvolvida, sequer sobre quem seria esse “outro”. Para reiterar essa importância de que cada pessoa escolha sobre sua própria vida, a décima primeira aula trabalha a questão dos valores e da importância deles para esse processo.

A partir da aula de número quatorze começa a ser desenvolvida uma discussão sobre os pilares da educação definidos pela UNESCO: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a fazer; aprender a conhecer. Essas quatro competências, de acordo com o ICE, vão servir de base para a educação dos jovens, e conseqüentemente, para a construção do projeto de vida de cada um. Nesse encontro a proposta de atividade é que os estudantes identifiquem suas habilidades e limitações, envolvendo nisso o que consideram como sucesso, fracasso, inspirações etc.

Nesse mesmo módulo há uma referência a Gonçalves e Chiode (2000 *apud* APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.) sobre como ter consciência das habilidades e limitações e, com isso, um aprendizado mais profundo de si mesmo que facilitará na realização das escolhas durante a vida. Nesse sentido a discussão sobre as forças e fraquezas caminha no sentido de apoiar a escolha profissional.

Ainda a partir dos pilares definidos pela UNESCO para a educação algumas questões pertinentes à conscientização sobre a escolha são trabalhadas. Primeiramente se objetiva que os adolescentes entrem em contato com os traços de personalidade próprios e dos outros - a partir da ideia de que são esses os traços constitutivos de alguém. Também é abordado como cada estudante é único por conta de seus valores pessoais. O convívio respeitoso também é trazido como importante e definidor das opiniões.

Na vigésima quarta aula o tema das ações é trabalhado. Para isso o Instituto apresenta que “Querer é poder, quando, com cuidado e atenção, construímos o caminho que nos leva à realização da nossa vontade. O segredo está em planejar. Identificar as reais dificuldades e conhecer os instrumentos e talentos que temos para superá-las” (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.), p. 70).

A questão da forma de escolha ser individual aparece também na aula de número trinta, que tem como tema “como eu devo agir?”. Em um texto que o professor deve utilizar para discussão em sala aparece o diálogo entre dois personagens que comentam sobre a forma de tratar os outros. Um dos personagens, ao ser questionado de porque ele trata bem uma pessoa que o trata mal explica que ele não quer que os outros decidam como ele vai agir (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

O terceiro módulo, que se inicia no trigésimo sexto encontro, objetiva a construção do projeto de vida propriamente dito, apostando que com isso os adolescentes tenham autonomia para decidirem sobre seus próprios futuros da maneira correta, entendendo qual é o impacto de suas escolhas durante a vida.

Nas primeiras aulas deste módulo a questão do futuro é trabalhada a partir da conceituação do que é o futuro, passando pela questão das temporalidades e de quando é o futuro para cada jovem. De acordo com o Instituto é preciso que na adolescência já se pense no futuro e o leve a sério, entendendo a importância deste para o projeto de vida. A partir dessa discussão objetiva-se que os estudantes percebam que são protagonistas de seus futuros, ou seja, que o que acontecerá

futuramente depende das escolhas e ações que são feitas no presente (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

A aula de número quarenta e um, que tem como tema “do que é feito o futuro?” exemplifica bem a ideia de que as escolhas que cada um faz são determinantes para a vida toda. O debate proposto neste encontro é o de responsabilizar o aluno a fazer seu destino. Em uma música de desenho animado apresentada na apostila, são trazidas algumas dessas ideias sobre o futuro: “Se realmente você tentar. O seu destino é você quem faz. Se simplesmente, realmente você tentar” (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d., p. 134)

Em outro momento a questão das escolhas e do futuro reaparece quando da discussão realizada na aula quarenta e quatro sobre as necessidades e as dificuldades de adaptação pessoal ao que é dinâmico na vida. Nesse encontro, de acordo com o ICE, é necessário aos jovens perceberem as dificuldades do dia a dia como aprendizados. E, caso precisem, para mudar essas dificuldades esses devem ser comprometidos, planejados e organizados (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

A aula seguinte tem como objetivo trabalhar a necessidade de aceitar as mudanças e adaptar-se a elas e aos seus desafios. Para adaptar-se o que é posto é que existem cinco palavras chave: atitude, tempo, dificuldade, foco e manutenção. Com o entendimento dessas palavras o jovem poderá realizar as mudanças em sua vida. As perspectivas de mudança do futuro estão postas em como cada um poderá mudar o seu próprio (APOSTILA PROJETO DE VIDA, s.d.).

A partir dos pressupostos materialistas históricos dialéticos de leitura da realidade pode-se perceber o ideal de liberdade presente na apostila de modo geral. Desde sua parte inicial até as atividades finais propostas para a disciplina é possível perceber uma concepção de liberdade e, especialmente, de liberdade de escolha, fundada no individualismo das escolhas pessoais para o futuro.

O que Lessa e Tonet (2011) vão chamar de individualismo burguês é expresso na apostila na forma como cada estudante deve desenvolver seu projeto de vida. As relações e os interesses coletivos, no capitalismo, são rompidos para a busca pela propriedade privada e o enriquecimento individual. Ao que foi possível analisar o projeto de vida almejado pelo ICE é o que busca a acumulação de capital individual, ainda que com as especificidades do público para qual é voltado a disciplina: os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Para tal projeto de acumulação de propriedade privada há uma pretensa ideia de protagonismo que circunda o projeto de vida esperado. Salienta-se aqui o caráter de um protagonismo que se consolida a partir de uma pretensa ideia de liberdade individual, sem compreender as determinações sociais das escolhas ou ao menos as contradições presentes no modo de produção capitalista, no qual as liberdades aparecem somente no plano conceitual (OLIVEIRA, 1998). Tal concepção contribui para a alienação, no sentido marxiano, de produção das escolhas para o futuro.

Essa alienação reside no fato de que o futuro de cada estudante pode ser o mesmo de outros jovens que estudam em escolas “modelo”, ou escolas dos filhos da burguesia. Sem a discussão das determinações sociais o futuro da classe trabalhadora aparece como comum ao destino dos capitalistas (LESSA; TONET, 2011). Têm-se, com isso, a construção de uma ilusão que parte do desconhecimento de que a sociedade brasileira não é homogênea, mas marcada por grupos que têm interesses antagônicos.

Parte significativa desse processo de alienação reside na forma como o trabalho é apresentado na apostila. O trabalho e a profissão aparecem como uma atividade que dignifica o ser humano, sem considerações sobre como estão postas as relações de trabalho nessa sociedade em que os estudantes vivem. É interessante retomar como essa forma de entender o trabalho como apenas positivo mascara as relações de estranhamento que estão postas ao trabalho no capitalismo, como apontado por Marx (2017).

Foi possível perceber em relação ao projeto de escolha profissional presente na apostila que o estudante deve compreender que o futuro é pensado no presente. Para isso ele deve fazer suas escolhas levando em consideração aquilo que ele tem como valor pessoal, as suas relações familiares, escolares e de amizade. Para o ICE essas escolhas devem ser feitas pelo próprio estudante seguindo a ideia de que se ele quiser ele consegue. Desse modo, se afastam de possibilidade críticas na compreensão da liberdade e seus limites relacionados às relações estruturalmente desiguais da sociedade capitalista. Desconsiderar tais desigualdades corrobora a processos de alienação.

Diante disso é que se pode dizer que os conteúdos da apostila impossibilitam uma compreensão mais total da realidade. Não há, por exemplo,

questões relacionadas à classe social como um fator que, nessa sociedade, dimensionam a liberdade de escola. E quando se fala dessas questões, desde a perspectiva do trabalho aqui realizado, é que em uma sociedade dividida em classes as possibilidades de cada ser humano estão determinadas pela sua classe social. Ou seja, para a criança que nasce filha de trabalhadores e trabalhadoras não existem as mesmas oportunidades que os filhos dos patrões e patroas.

Ignorar essas questões sociais, no âmbito da educação, vão no sentido de produzir e reproduzir o ideal de liberdade individual do capitalismo. Isso servirá de base para a construção da ideologia da meritocracia brasileira, onde cada indivíduo pode superar individualmente as barreiras do seu nascimento e assim a liberdade está posta.

A escola é, historicamente, um espaço da disputa hegemônica. Diante disso, deve-se compreender a função social dos processos educativos que tal espaço tem na produção e reprodução das relações sociais. Na sociedade dividida em classes a educação – como é possível perceber na apostila - tem tido a função de responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 1995).

Nesse sentido, Mészáros (1981, p. 260) comenta que “O complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente”.

As práticas educativas subordinadas às relações de acumulação de capital, como ressalta Frigotto (1995), têm sido diferenciadas entre a educação para a burguesia e para a classe trabalhadora. Para os filhos do proletariado há a necessidade básica de formar os futuros trabalhadores, envolvendo nisso os aspectos técnicos, mas também a disciplina ideológica do capitalismo.

Então, a educação tem a função de produzir as capacidades de trabalho. Com isso, Frigotto (1995) argumenta que para produzir os trabalhadores são necessários conhecimentos e habilidades técnicas, mas também valores e atitudes que vão de acordo com a ideologia capitalista.

Como foi possível observar, há uma relação imbricada entre a noção de “liberdade de escolha”, “escolha profissional” e “projeto de vida” na constituição do projeto educacional proposto pelo ICE. O que está posto, ao longo do documento, é

expressão do projeto educacional em curso na PPP. A forma como é tratada questões como protagonismo dos estudantes, futuro e perspectivas profissionais se alinha ao que tem sido discutido acerca da estratégia neoliberal para a educação (Bonai; Verger, 2013).

Nesse sentido, cabe destacar que o empresariamento da educação pública via PPP ou outras formas de inserção de iniciativa privada nas políticas educacionais e na administração escolar não se restringe, somente, à forma de administração dessas instituições. Tais parcerias, como exposto, têm influído também na educação enquanto processo social de ensino-aprendizagem, o que demonstra a fragilidade da retórica de que se trata somente de gestão institucional. Tratar essa questão, ao nosso ver, torna-se elemento para compreender como as PPP tem contribuído para a formação ideológica dos estudantes.

Considerações finais

Diante da análise feita foi possível perceber que existem expressões da ideologia burguesa, sobretudo do individualismo burguês, que perpassam os conhecimentos da apostila, principalmente relacionados à ideia de que cada estudante tem liberdade para escolher o seu próprio futuro. Com isso, as determinações sociais das escolhas não são levadas em consideração, estabelecendo um campo possível para que os ideais de meritocracia e individualismo se aflorem no contexto da educação.

A ideologia burguesa e liberal de um “mundo livre” em que cada sujeito pode escolher sobre sua vida, seu trabalho e seu futuro está em uma constante produção e reprodução nos ambientes escolares, principalmente no que tange os espaços de formação da classe trabalhadora brasileira. Tal ideologia, portanto, se mostra fundamental para a continuação do modo de produção capitalista.

A escola, como já comentado, não é um campo homogêneo, mas permeado por disputas de hegemonia e perspectivas. Diante disso, atenta-se para a necessidade de compreender tal espaço criticamente, nas suas variadas contradições, principalmente no que tange a finalidade do ensino. Não se deve, em nossa perspectiva, priorizar a formação para o mercado de trabalho em detrimento da formação integral. Visto isso, compreende-se como objetivo do espaço escolar a emancipação humana.

Por fim, conclui-se que aprofundar as análises da educação sob uma perspectiva de transformação social se torna basilar nesse contexto de crise do capital e acirramento do conservadorismo e neoliberalismo. Em um momento de intensas lutas pela educação pública, gratuita e de qualidade voltar nossa atenção para os processos de privatização das escolas e para o aumento da ideologia burguesa nesses espaços parece-nos inadiável.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARELARO, Lisete. R. G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 899-919, 2007.

BONAL, Xavier.; VERGER, Antoni. Globalización, desarrollo y privatización de la educación: la emergencia de las alianzas público-privado y los nuevos retos para la investigación educativa. In: FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola.; GOUVEIA, Andréa. Barbosa. **Relações Público e Privado na Educação: embates e desdobramentos para a democratização da educação**. São Paulo: Xamã, 2013. p. 9-29

BOTTOMORE, Tom. **Dicionários do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. **Atuação**. s.d. Disponível em: <<http://icebrasil.org.br/atuacao/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. **Projeto de Vida**. s.d. 226p.

LESSA, Sergio. **Abaixo à família monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio.; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1844/2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 1867/2017.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

OLIVEIRA, A. R. **O problema da liberdade no pensamento de Karl Marx**. Dissertação de Mestrado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

OLIVEIRA, A. R. O problema da liberdade no pensamento de Karl Marx. **Perspectiva**, v. 16, n. 29, p. 175-195, 1998.

PRADO, C. Liberdade e não-liberdade em O Capital de Karl Marx. **Theoria - Rev. Eletrônica de Filosofia**, v. 03, n. 07, p. 112-139, 2011

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, 2012.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Gustavo de Aguiar Campos

Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Possui graduação em Psicologia nas modalidades bacharelado e licenciatura pela Universidade Federal de Goiás (2018). Atualmente é mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É membro do Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação (GPM&E/UFRN), do GT de Políticas Sociais (GPM&E/UFRN), do Observatório da População Infanto-Juvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN) e do Núcleo Socioeducativo (OBIJUV/UFRN). Têm interesse pelos temas: segurança pública, teoria marxista da dependência, criminologia crítica, psicologia da libertação, educação popular e diversidade sexual e de gênero.

E-mail: gustavodeaguiarcampos@hotmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4191121528551962>

Lueli Nogueira Duarte e Silva

Goiânia, Goiás, Brasil.

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (1987) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2011). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Escola, Conhecimento e Processo Ensino Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: estado do conhecimento, psicologia e educação, teorias psicológicas e pedagógicas, produção do conhecimento e formação de professores. Atualmente está desenvolvendo estudos sobre as parcerias públicas privadas na educação.

E-mail: lueliduarte1963@gmail.com

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0294578129306558>

Recebimento: 28/01/2021
Aprovação: 30/03/2021



Q. Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França